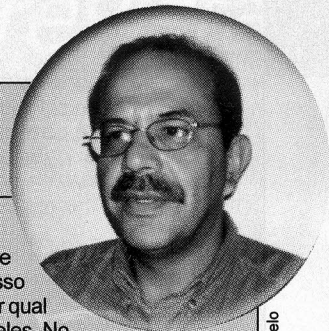


# Contribuição para a democracia e a equidade

Prof. Dr. Renato Dagnino \*



Roberto Marcelo

## Pressupostos programáticos e conceituais

Iniciamos nosso trabalho por reafirmar nosso entendimento do processo de avaliação como um meio para tornar cada vez mais funcionais e proveitosas as relações entre o sistema - universidade - e seu contexto - a sociedade. Em especial, no caso da pública, como uma maneira de fazer com que ela possa retribuir ao conjunto da sociedade o significativo esforço que torna possível sua existência, contribuindo, através da ampliação e melhoria dos serviços que presta, para a democracia e a equidade.

Assim entendido, esse processo só tem sentido caso combine, de forma coerente com a meta de produzir conhecimento e recursos humanos que atendam ao constante aprimoramento material, cultural, ético e espiritual da sociedade, a avaliação institucional com a do desempenho individual; sendo, a primeira, a moldura construída em permanente e dinâmico contato com a sociedade que estabelece o campo onde opera a segunda, orientando as ações dos professores no cumprimento daquela meta.

Coerentemente com a importância que deve ser atribuída às questões abrangentes de natureza programática e conceitual, nossa reflexão tem como balizamento uma pergunta fundamental óbvia, sem a consideração da qual o exercício da avaliação é não apenas ocioso como irracional, sobre qual universidade queremos para a sociedade que desejamos. É esse balizamento racional, que considera o atributo da funcionalidade entre o sistema - universidade - e seu contexto - a sociedade - um objetivo básico, e a dimensão prospectiva como obrigatória, dado que seria pífio avaliar o passado, o que orienta nossa reflexão.

## Procedimento metodológico

A transformação intencional de um sistema tem como condição necessária um permanente processo de avaliação. É através dele que se promove o trânsito do sistema de uma situação inicial, referenciada ao contexto em que se insere, em direção a uma outra situação, tida como desejada. É a avaliação que aponta as direções de mudança e as ações a serem implementadas num momento ulterior. Após a implementação dessas, e a avaliação dos resultados alcançados é que, interativamente, se propõe novas ações que levem o sistema a aproximar-se do cenário desejado. O processo de avaliação supõe a existência de um conjunto de elementos, às vezes não explicitado, que sugere um procedimento metodológico para o tratamento do tema. Mais do que simplesmente articulados e interdependentes, esses elementos devem ser definidos por derivação:

1. um diagnóstico da situação atual do contexto que envolve o sistema e a explicitação das relações de causalidade que determina sobre ele;
2. um diagnóstico (atual) do sistema e dos seus componentes;
3. uma caracterização do cenário (futuro) desejado que deve alcançar o contexto e das implicações que determina sobre o sistema;
4. uma derivação, a partir dos elementos anteriores, da imagem (futura) desejada do sistema;
5. concepção de indicadores e critérios para a sua avaliação que indiquem, via monitoração, o grau de aderência do sistema (isto é, do estágio em que se encontra) a sua imagem (futura);
6. ferramentas de avaliação do sistema e seus componentes coerentes com os demais elementos, capazes de indicar as direções de mudança a serem operacionalizadas a cada estágio mediante o processo de implementação.

Alguns elementos normativos desse conjunto - indicadores, critérios e ferramentas de avaliação - podem ser adotados de uma experiência alheia, caso em que serão exógenos. Nessa situação, não precisarão ser construídos pelos atores envolvidos com a mudança, isto é, Devem, entretanto, estar referidos ao diagnóstico - do contexto e do sistema - e ao cenário desejado; isto é, devem ser compatíveis e funcionais para a consecução da trajetória de mudança desejada. O conjunto resultante é por isso, freqüentemente, de natureza híbrida, o que não compromete necessariamente sua adequação à situação avaliada.

## Desenvolvimento do trabalho

A partir da metodologia de trabalho que a especificação dos elementos do processo de avaliação sugere, passou-se a explicitar qual é o nosso entendimento sobre cada um deles. No último dos documentos citados se aborda em detalhe os quatro primeiros. O título dos itens correspondentes se reproduz a seguir:

1- o diagnóstico da situação atual do contexto e as relações de causalidade que determina na universidade

1.1 o diagnóstico da situação atual da sociedade brasileira e as relações de causalidade que determina na universidade

1.2 o diagnóstico da dinâmica atual de exploração da fronteira do conhecimento e as relações de causalidade que determina na universidade

2- o diagnóstico (atual) da universidade

2.1 características que decorrem do contexto sócio-político nacional

2.2 características que decorrem da dinâmica atual de exploração da fronteira do conhecimento e de seu impacto na conformação do ethos da comunidade universitária

3- o cenário desejado para o Brasil e suas implicações para a universidade

4- a imagem (futura) desejada da universidade

A abordagem dos outros dois elementos da metodologia adotada, e o aprofundamento dos já tratados, está sendo efetivada mediante um processo cada vez mais participativo e descentralizado, que inclui a realização de Seminários em várias universidades do país.

## Conclusões da primeira fase do trabalho

Nessa fase preliminar, nosso objetivo foi abordar a questão da avaliação à luz de nosso projeto de uma Universidade voltada para a construção da democracia e para o enfrentamento dos desafios que esta coloca para a Universidade.

## Uma conclusão importante foi a de que é necessária uma crítica ao critério de qualidade acadêmica atualmente adotado.

Essa crítica se baseia na constatação de que o critério que se impôs como hegemônico em nível mundial é o dos países que se encontram na fronteira científica e tecnológica, que a exploram produzindo conhecimento original em benefício de suas elites políticas, econômicas e científicas que, via o estado e o mercado, colocam sucessivos desafios a um sistema de produção de conhecimento cada vez mais transnacionalizado. Os bens e serviços potencialmente cada vez mais eficientes, resultantes dessa dinâmica (mundial) de exploração da fronteira do conhecimento, rapidamente se difundem nos países centrais; mas apenas parcial e seletivamente beneficiam da população dos países periféricos (cuja renda per capita é mais de sete vezes menor e, em geral, mal distribuída). Essa dinâmica, que passa a ser aceita como "natural" e única, contribui para obscurecer o caráter de construção social e historicamente determinada da ciência. Uma mítica busca do avanço do conhecimento universal mascara o fato de que é uma teia de atores sociais, de forma à vezes sutil mas poderosa, que sinaliza as áreas de relevância exploradas - **com qualidade** - pela comunidade de pesquisa daqueles países. Na verdade, são as demandas daquelas sociedades, sinalizando áreas de relevância - econômica, social, militar - para a realização de pesquisa, o que há muito tempo preside a dinâmica tecnológica e científica.

Essa constatação de que a idéia de qualidade só pode existir, e só tem sentido, enquanto critério social e historicamente datado, quando precedida pelo requisito da relevância é um primeiro resultado importante de nosso trabalho. O segundo é que é o adensamento dessa teia de relações sociais, o que pode desencadear, em países periféricos como o nosso, a emergência de um conceito próprio de qualidade. O terceiro, é que a construção da qualidade é um processo que deve manter uma determinação local.

A aplicação do critério de qualidade acadêmica gerado no contexto dos países avançados à universidade brasileira não garante a

solução de seus problemas. Adotar tal critério implica em renunciar à possibilidade de gerar critérios próprios mais adequados à situação local. Apesar de parecer prático, dado que aporta soluções simples e imediatas ele nos faz incorrer no risco de gerar inconvenientes ainda maiores do que os que tem até agora sofrido a universidade.

Primeiro, porque tende a formar recursos humanos e a gerar resultados de pesquisa inadequados à realidade local. Ao adotar um critério de qualidade exógeno se está, na realidade, emulando a dinâmica de exploração da fronteira científica e tecnológica própria de países avançados que, ainda que pudesse ser internalizada pela universidade brasileira através da sua aplicação exitosa, não contribuiria para aproximá-la da sociedade local nem promover seu bem-estar.

Segundo, porque esse critério e a ferramenta que o operacionaliza – a revisão por pares – pode implicar na simples reprodução dos problemas existentes. Ao contrário do que sugerem alguns líderes da comunidade universitária, que consideram o corporativismo, segundo eles uma das causas principais dos problemas da universidade pública brasileira, como passível de ser eliminado mediante o critério e a ferramenta que propõem. Terceiro, porque ao pautar-se por um critério de qualidade exógeno, a comunidade universitária brasileira corre o risco de isolar-se ainda mais da sociedade. O ambiente em que se reproduz essa comunidade, potencializado pela globalização e seu conceito de modernidade ancorado na superioridade científico-tecnológica, reforça sua auto-percepção como vanguarda intelectual. Num quadro de escassez de recursos, tal situação tende a levar a um crescente corporativismo, visualizado este como um expediente para defender-se das ameaças colocadas pelo meio hostil.

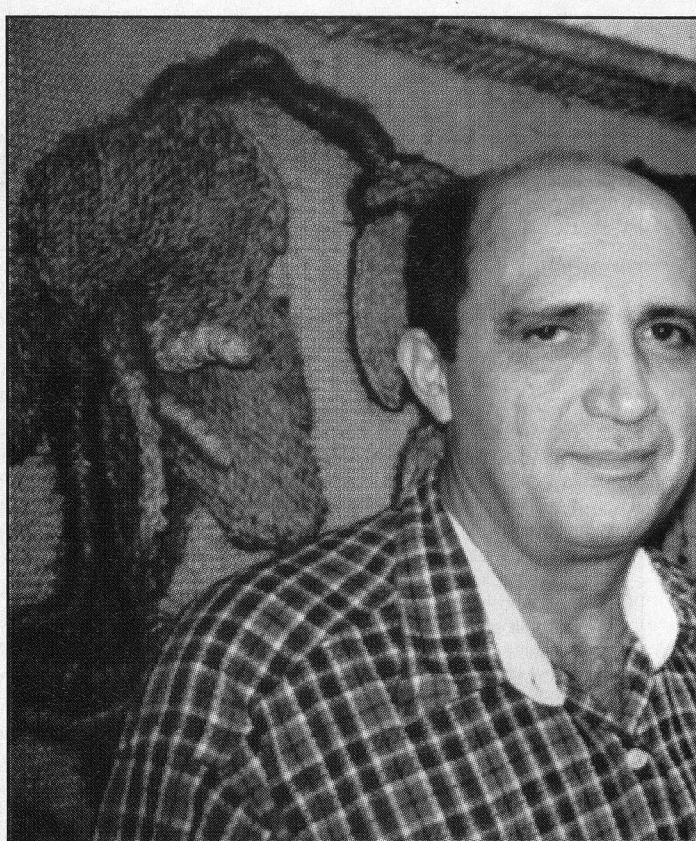
Cabe reafirmar que a crítica que decorre de nosso trabalho, sobre a aplicação de um critério de qualidade exógeno aferido mediante a ferramenta revisão por pares, não implica numa discordância com a idéia de que a avaliação é uma condição necessária de efetivação da mudança. Mas sim numa firme percepção de que esse tipo de avaliação não é condição suficiente para enfrentar a diversidade, complexidade e gravidade dos problemas da universidade pública brasileira.

**Uma outra conclusão importante tem a ver com os desafios do processo de democratização política em que estamos engajados.**

Ele, e com mais razão a democratização econômica que irá demandar conhecimentos e recursos humanos qualitativamente muito distintos, levará à expansão das vagas no ensino superior. Mais além dos aspectos quantitativos, o desafio do processo de democratização coloca uma questão de procedimento. Como, por quem e onde se dará a expansão do ensino superior que ela demanda? Parece evidente que ela não poderá seguir os passos de dois países latino-americanos que, quando submetidos a um processo de repressão política e concentração de renda imposto por ditaduras militares – o Brasil e o Chile – aumentaram a participação privada no ensino superior até chegar a cifras atipicamente elevadas. Até que ponto esta evolução se deveu à implementação de uma política educacional ou à “mão invisível do mercado” é difícil dizer. O que deve ser salientado é que a democratização que se espera, muito provavelmente, tenderá a gerar um processo inverso ao que ocorreu no passado.

A universidade pública deve se preparar para esse processo. Ela parece ter plenas condições de levar adiante esse projeto e evitar a desastrosa e antipopular política para o ensino superior brasileiro que adotou a ditadura. Evitar um novo ciclo de expansão do ensino privado, que numa conjuntura que se afigura como ante-sala de um processo de democratização econômica seria um contra-senso, é perfeitamente possível. Acreditamos que uma condição necessária para tanto é a adoção de um processo de avaliação como o que estamos iniciando a formular. Ela não é, entretanto, suficiente: oferecer salários e condições de trabalho competitivos para atrair os jovens mais dedicados e melhor formados, e assim retribuir à sociedade o seu esforço é um dever democrático de todos nós.

*\* Renato Dagnino é doutor em Economia pela UNICAMP e docente do Departamento de Política Científica e Tecnológica desta Universidade*



*Prof. Dr. Rubens Pinto Lyra*

### **InformANDES - Quais as principais questões legais suscitadas pela criação da GED?**

A assessoria jurídica nacional da An-des emitiu um parecer situando as principais questões que fundamentou um posicionamento da diretoria do Sindicato Nacional. A primeira é a flagrante inconstitucionalidade do aumento que foi concedido aos aposentados – apenas 60% da gratificação a que farão jus os professores efetivos em exercício. Isto fere o princípio da isonomia. O parecer dos assessores jurídicos é no sentido de, que, em tese, os professores aposentados podem, desde já, acionar a justiça no sentido de fazerem valer os seus direitos, mas entendemos que devem aguardar o posicionamento da comissão nacional de avaliação.

Outra questão importante diz respeito ao teto que o decreto pretende estabelecer para o pagamento das gratificações – X vezes o número de docentes de cada instituição. Ora, isto é ilegal porque a lei que criou a gratificação prevê critérios de pontuação que serão definidos pela comissão criada pelo MEC. Então um decreto não pode pretender estabelecer outras limitações ao recebimento destas

gratificação

**InformANDES - É possível a criação de uma comissão nacional de avaliação de instituições, como o GED?**

Quem vai responder a esta questão são os assessores jurídicos. Minha experiência diz que, em tese, os professores aposentados podem, desde já, acionar a justiça no sentido de fazerem valer os seus direitos, mas entendemos que devem aguardar o posicionamento da comissão nacional de avaliação.

**InformANDES - É possível a criação de uma comissão nacional de avaliação de instituições, como o GED?**

O que se discute aqui não se refere ao critério de pontuação que serão definidos pela comissão criada pelo MEC. Então um decreto não pode pretender estabelecer outras limitações ao recebimento destas